

DEBATE EXPÕE INTRANSIGÊNCIA DO REITOR

O debate transmitido ao vivo na noite da última sexta-feira, 12/5, pelo canal 25 da Net/Campinas, no programa Ponto de Vista, iniciado às 21h, mostrou claramente que a intransigência não é um rótulo que se aplique impunemente à fala de representantes sindicais, como é costume no patronato. Reitores não são patrões. Entretanto, quando se trata de rechaçar a legitimidade das reivindicações de uma comunidade desqualificando as ações das suas entidades, repetem a velha fórmula de fazer a indignação passar por intransigência: na negociação, em troca de gestos estreitos, muito estreitos, exigem gestos amplos, muito amplos.

O presidente da Adunicamp, professor Francisco Reis, não teve um gesto da “amplitude” talvez esperada pelo reitor da Unicamp, professor Hermano Tavares, face à sua repetida cobrança de uma contraproposta do Fórum das Seis à proposta do comunicado do CRUESP de 9 de maio passado. Teve o único gesto — este, sim, amplo — que lhe cabia: o de explicar aos espectadores o contrasenso de reduzir as nossas reivindicações atuais quando os nossos próprios estudos as sustentam plenamente.

O professor Reis foi didático neste simples raciocínio: **nossas planilhas mostram que um reajuste de 25% é possível já; o CRUESP não as contestou, isto é, não nos confiou as suas planilhas; por isso — e só por isso —, a negociação não avança em direção à renegociação do índice.** Um acordo sobre o índice supõe um outro, prévio, sobre as previsões de arrecadação do ICMS com que trabalhar.

O professor Hermano reiterou a sua lealdade ao orçamento — uma previsão como as outras, porém por demais marcada pela catastrófica queda de arrecadação do ICMS do primeiro semestre de 99, momento em que, aliás, ninguém se insurgiu contra o reajuste zero.

O professor Reis foi, mais uma vez, paciente e didático em apontar que é justamente esse orçamento que queremos, agora, rever, com base num quadrimestre de arrecadação real. E foi além: mostrou que a recomposição salarial já é tardia; que o arrocho há muito ameaça as universidades estaduais paulistas de perder os seus quadros mais qualificados; e que o custeio está também em jogo com essa perda. Evasão de docentes e funcionários técnico-administrativos de alto nível é evasão de recursos extra-orçamentários. Sem aqueles que concebem, submetem, executam e administram projetos que atraem recursos para a Universidade, o que será daquela metade da receita que, hoje, na Unicamp ao menos, já corresponde a verbas extra-orçamentárias?

A intransigência da reitoria e do CRUESP, evidenciada, pouco a pouco, ao longo do debate, foi, finalmente, desmascarada por uma das intervenções do próprio reitor. **Afirmar que, como gesto de boa vontade na negociação, o CRUESP implementaria, de qualquer modo, além do abono de 28%, o reajuste 7% e os 3,75% adicionais a partir de janeiro de 2001 equivale a desrespeitar a vontade das categorias, manifestada na rejeição unânime dessa proposta pelas assembléias das três universidades, e a menosprezar os brios da comunidade.**

Comportar-se como um patrão, sem sê-lo, foi a melhor contribuição que o professor Hermano Tavares jamais deu ao vigor, aliás crescente, do movimento pela defesa da universidade pública — movimento que inclui, mas não se esgota na defesa do salário. Se o poder sobe à cabeça de um ex-sindicalista, devemos estar, mais do que nunca, vigilantes, para impedir que outros projetos, alheios à nossa concepção de universidade, venham a fazer uso de recursos subtraídos, em nome de um culto arbitrário à peça orçamentária, da recompensa ao nosso suor.

NEGOCIAÇÃO – SÉRIA – JÁ!

**Dia 16/5
(terça-feira):**

PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA PERMANENTE

Às 14 horas — Auditório Maurício Tragtenberg (Adunicamp).

Pauta:

avaliação da greve e encaminhamentos (mobilização).

Informes da Assembléia Universitária

No último dia 11 de maio, às 14h, no pátio do Ciclo Básico, foi realizada a Assembléia Universitária reunindo cerca de 800 pessoas entre estudantes, funcionários e professores.

Foi discutido e aprovado um documento político e propostas a serem amplamente divulgadas, dentre as quais destacamos:

- ▶ recomendação para que a assembléia torne-se instância da Unicamp, a exemplo do que já ocorre na Unesp.
- ▶ que os comandos de greve sejam unificados, permitindo maior integração entre as diversas realizadas pelo movimento.
- ▶ solicitar reabertura imediata do restaurante I.

Sindicato dos petroleiros apóia a greve das universidades

A direção do Sindicato dos Petroleiros compareceu à assembléia universitária na qual manifestou o seu apoio político e material à greve dos funcionários e docentes da Unicamp.

AGENDA DA GREVE

▶ DEBATE ENTRE O PRESIDENTE DA ADUNICAMP E O REITOR DA UNICAMP.

Dia 15/5 (segunda-feira), às 12h, na EPTV Campinas.

▶ A GREVE NA UNAM

Dia 15/5 (segunda-feira), às 14h, no auditório do IA/Unicamp.
Relato de Euclides de Agrela — Membro do Comando de Greve da USP (estudante). Permaneceu dois meses na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) que encontra-se em greve há mais de um ano. Agrela fará uma análise da situação da Unam no atual contexto político mexicano.

▶ PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE

Dia 16/5 (terça-feira), às 14h, auditório da Adunicamp.

Às 17h - HAPPY HOUR Dançante com a Banda Comboio
Cantina da Adunicamp (bebida por conta do docente)

▶ Debate: MOVIMENTO DOCENTE

Dia 18/5 (quinta-feira), às 10h, auditório da Adunicamp.

Presença:

— Helena Costa Lopes — Professora da FE e representante da Chapa 1 candidata ao Andes-SN

— Edmundo Fernandes Dias — Professor aposentado do IFCH e representante da Chapa 2 candidata ao Andes-SN

▶ Ato conjunto (CUT, trabalhadores da saúde, educação e INSS)

O Fórum das Seis aprovou a participação das entidades neste ato.

Dia 18/5 (quinta-feira), às 15h, em frente ao Masp, seguido de passeata até a Assembléia Legislativa.

▶ Debate: RDIDP

Dia 19/5 (sexta-feira), às 10h, auditório da Adunicamp.

Presença de:

— Wanderley Geraldi — Professor do IEL
— Arley Ramos Moreno — Professor do IFCH
— Representante dos estudantes — (nome a confirmar)

Além do índice

Reginaldo C. de Moraes

O que está em jogo nesta campanha não é um reajuste de 7% ou 25%. Se fosse essa apenas a questão, até poderíamos ter esperado que o Cruesp fosse mais flexível e oferecesse margens para negociar.

Observando a conduta dos reitores, contudo, é legítimo suspeitar que o que está em causa é a afirmação de uma autoridade que não quer ver contestada sua absoluta soberania, que não admite ver limites impostos à sua discricão, arbítrio e suposta competência, aos modos pelos quais maneja os fundos e recursos da Universidade, enfim.

Daí o estabelecimento, algo fundamentado e algo aleatório, de um índice máximo de comprometimento com folha salarial (85% ou a morte). Daí a tentativa de fazer votar atabalhoadamente o orçamento, no Conselho Universitário. Daí a tentativa de identificar esse orçamento e suas previsões com a efetiva execução. Daí ainda o mistério e vai-vens em torno das planilhas e dos critérios para apresentação dos dados, assim como a insistência na subestimação sistemática dos repasses de ICMS. Afinal, se todos esses dados, critérios e decisões se mantiverem como monopólio da reitoria, as suas margens de manobra serão mais folgadas.

Somemos a isso a questão do fundo previdenciário, até hoje não resolvido, sequer seriamente encaminhado. Ele permanece como um enforcador do orçamento e das reivindicações, já que compromete fração nada desprezível da folha. Convém aos reitores resolver essa questão, com o Governo do Estado e com o Ipesp, agora, antes de impor aos docentes e funcionários uma derrota que os discipline? Ou será melhor fazê-lo depois do nosso “enquadramento”, já que a folga orçamentária assim conquistada poderá ser gerida com maior margem de arbítrio?

Entra aí também a modificação

dos contratos — com a introdução de prêmios e incentivos que segmentem os docentes até o limite da individualização ou, ainda, com fórmulas várias de flexibilização dos até agora três tipos de dedicação (rtp, rtc, rddip). Reduzido o montante dos pagamentos definidos por regras gerais (vinculados apenas à titulação e a esses três tipos de dedicação), os prêmios, incentivos e diferenciações constituirão mais um modo de dividir os docentes e instalar uma “competitividade” cada vez mais aberta à compra de lealdades e obediências.

Como se percebe, há mais do que uma campanha salarial e um índice em disputa. Há uma disputa sobre a forma de exercício do poder na universidade, sobre os mecanismos, democráticos ou não, de deliberação sobre prioridades e recursos.

Para muitos de nós, talvez o tamanho desta “pauta” — política e não apenas relativa ao índice — só tenha ficado claro durante a campanha e durante a greve — o que é um dos seus

resultados positivos e não inteiramente previstos. Resta agora tirar as consequências devidas — o que implica necessariamente envolver, nesse debate e nas deliberações a tomar, os canais formais da instituição (congregações e conselho universitário)..

A situação dos docentes, em particular, é ambígua. Por um lado, são assalariados da universidade. Por outro lado, são partícipes de um projeto de ensino e pesquisa — e por ele corresponsáveis. Essa ambigüidade aparece agora desse modo: querem os senhores reitores que nos comportemos como sócios nesse empreendimento e que nos comprometamos com sua sobrevivência e sucesso. O que é justo. Mas querem que o façamos como sócios menores de idade, aos quais não cabe opinar nem mesmo conhecer os dados relevantes da administração — para os quais eles parecem exigir o sigilo e reivindicar a sua exclusiva competência. O que é inaceitável.

Reginaldo C. Moraes é docente do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Moção do IFCH


A Congregação do IFCH, reunida extraordinariamente no dia 11 de maio de 2000, com a presença do magnífico reitor, para discutir a greve nas universidades paulistas, considera que, tendo sido o reitor eleito pelo voto direto de professores, funcionários e estudantes, deve fortalecer seu papel como representante da comunidade acadêmica e defensor das universidades públicas:

- 1 — reabrir negociações com o movimento sindical;
- 2 — convoca imediatamente o Consu para discussão da crise da universidade pública e, especificamente, reavaliar o orçamento da Universidade;
- 3 — declarar publicamente a condenação à repressão policial sofrida pela comunidade universitária paulista na manifestação ocorrida na Secretaria de Ciência e Tecnologia, na cidade de São Paulo;
- 4 — atuar mais clara e decididamente no interior do Cruesp a favor das posições assumidas publicamente perante a comunidade acadêmica.

Moção de apoio à greve

O SINPRO, Sindicatos dos Professores de Campinas e Região, manifesta sua solidariedade à greve dos professores e funcionários das universidades públicas paulistas.





SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAMPINAS

SENAS - AMPARO - CAMPINAS - AMERICANA - R.S. PINHAL
 JAU - LIMEIRA - MOGI MIRIM - PRACICABA - STA. BARBARA D OESTE
 FILIADO A CONTEE - FEPESP - CUT


**MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO MOVIMENTO DOS
 PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DAS
 UNIVERSIDADES PAULISTAS**

A diretoria do Sindicato dos Professores de Campinas e Região – SINPRO, vem manifestar total apoio à greve dos professores e funcionários das Universidades Paulistas.

Entendemos como justas as reivindicações apresentadas tanto na defesa dos salários e melhores condições de trabalho, quanto em defesa da qualidade do ensino, da educação pública e gratuita, da pesquisa e da autonomia universitária.

Mais uma vez o governo neoliberal de Covas e FHC mostram seu autoritarismo e descaço com os educadores.

Contem com a nossa solidariedade e a certeza da importância da luta dos colegas da rede pública de ensino.


 P/ Diretoria Professora Marilda Ap. Ribeiro Lemos
 Secretária Geral do SINPRO

Imagens da greve

Helton Sinei



Nosso índice!

Gilson Rei



Ato público do Fórum das Seis na USP em 28/4.

Solange Celere



Vigília em frente à reitoria da Unicamp em 9/5.

João Prudente



Assembléia de 9/5 rejeita a proposta do Cruesp.

Visite a home page da Adunicamp: www.adunicamp.org.br